

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Dezembro/2018



Ministério Público do  
Estado de Pernambuco

Concurso Público para Provimento de Vagas de  
**Analista Ministerial**  
**Área Jurídica**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

**Conhec. Básicos / Conhec. Específicos / Disc. Redação**  
**Cargo ou opção A01 - ANALISTA MINISTERIAL - ÁREA JURÍDICA**  
**Tipo gabarito 1**

001 - B	011 - C	021 - D	031 - D	041 - D
002 - D	012 - B	022 - A	032 - A	042 - A
003 - E	013 - E	023 - C	033 - B	043 - E
004 - C	014 - B	024 - E	034 - E	044 - B
005 - A	015 - A	025 - C	035 - D	045 - E
006 - C	016 - D	026 - B	036 - A	046 - C
007 - C	017 - D	027 - B	037 - B	047 - C
008 - D	018 - A	028 - E	038 - D	048 - A
009 - A	019 - B	029 - A	039 - E	049 - D
010 - E	020 - E	030 - D	040 - C	050 - C

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Ciência e mercado

*A ciência moderna e a economia de mercado figuram, sem o menor favor, entre as mais notáveis e fecundas realizações humanas. A civilização europeia oriunda do Renascimento é inconcebível sem elas; a Revolução Científica do século XVII e a Revolução Industrial do século XVIII foram apenas o prelúdio singelo do que viria em seguida – a revolução permanente dos últimos três séculos.*

*Ciência e mercado são apostas na liberdade: liberdade balizada por padrões impessoais de argumentação e validação de teorias, no primeiro caso; e por regras que fixam os marcos dentro dos quais a busca do ganho econômico por parte das pessoas é livre, no segundo. Por mais brilhantes, entretanto, que sejam suas inegáveis conquistas, é preciso ter uma visão clara do que podemos esperar que façam ou não por nós: assim como a ciência jamais aplacará a nossa fome de sentido, o mercado nada nos diz sobre a ética – como usar a nossa liberdade e o que fazer de nossas vidas. O mercado não decide, em nome dos que nele atuam, os resultados finais das operações; isso dependerá sobretudo dos valores e das escolhas das pessoas. Assim como, na linguagem comum, a gramática não determina o valor das mensagens, mas apenas as regras das interações verbais, também o mercado não estabelece de antemão o que será feito e escolhido pelos que dele participam, mas apenas as normas dentro das quais isso será feito.*

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 51-52)

1. O argumento de que se vale o autor do texto para aproximar a ciência e o mercado está no fato de que ambos
    - (A) baseiam-se na impessoalidade dos valores, sustentando-se por uma lógica e por um funcionamento que lhes são inteiramente próprios.
    - (B) são realizações essenciais de liberdade e de civilização, com a ressalva de que não estabelecem por si mesmas os valores e as metas que cabe aos homens escolher.
    - (C) visam ao aperfeiçoamento da civilização, fornecendo aos homens padrões que lhes servem de balizas em sua caminhada histórica.
    - (D) funcionam numa relação de influência mútua, pois ambos se condicionam e se tornam indispensáveis como parceiros no rumo do aperfeiçoamento social.
    - (E) constituem metas libertárias e democráticas, desde que o homem aprimore a ciência e a tecnologia de modo a aplicá-las ao mercado e ao campo das escolhas humanas.
- 
2. A analogia entre a gramática e o mercado, feita pelo autor ao final do texto, baseia-se na consideração de que
    - (A) as trocas regradas pela primeira, que estipulam o sentido da linguagem, são semelhantes às que dão sentido ético ao mercado.
    - (B) a linguagem de que nos valemos está carregada dos valores que devemos levar em conta para qualificar o sentido que o mercado deve ter.
    - (C) ambos os elementos constituem uma linguagem objetiva, pela qual nós devemos nos guiar para estabelecer com clareza o sentido de nossas escolhas.
    - (D) as regras de funcionamento estabelecidas nessas duas instâncias não predeterminam por si mesmas a significação daquilo que produzem.
    - (E) as normas que disciplinam o uso da linguagem e o objetivo do mercado constituem uma espécie de gramática que determina o sentido de uma e de outro.



3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *figuram, sem o menor favor* (1º parágrafo) = reportam, seja lá como for.
  - (B) *foram apenas o prelúdio singelo* (1º parágrafo) = não foram mais do que uma intervenção amena.
  - (C) *liberdade balizada por padrões* (2º parágrafo) = autonomia intensificada por modelos.
  - (D) *jamais aplacará a nossa fome de sentido* (2º parágrafo) = nunca sorverá nosso intuito significativo.
  - (E) *não determina o valor das mensagens* (2º parágrafo) = não prescreve o sentido das comunicações.
- 
4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Tão importante quanto a Revolução Científica como a Industrial constituem a ciência e o mercado, nos quais domínios o homem vem se afirmando há três séculos.
  - (B) Caso não hajam espaços de liberdade para ambos, a ciência e o mercado não deixarão de alcançar os altos objetivos a que se destina no empenho que fazem pela civilização.
  - (C) O fato de que o mercado e a ciência constituem avanços libertários para a humanidade não elimina o dever que temos de estabelecer as melhores escolhas nas operações de ambos.
  - (D) Mesmo que confiemos no inestimável funcionamento do mercado e da ciência nem por isso estamos desprovidos de que se escolha para ambos as melhores opções de valor.
  - (E) Talvez se possam ver o mercado e a ciência como instrumentos técnicos pelos quais nos habilitam a atingir metas de uma civilização em cujo melhor caminho não devemos nos afastar.
- 
5. Ocorre emprego de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) Veem-se a ciência e o mercado como expressões de uma liberdade que sempre devem os homens estipular qual seja e arbitrar como precisa funcionar.
  - (B) Ele se considera um bom cientista, mas nem por isso julga que quaisquer empregos de suas experiências estejam isentas de uma justa apreciação ética.
  - (C) Não é papel do gramático definir o sentido de uma frase, mas tão somente reconhecer as operações linguísticas que se torne admissível na construção dela.
  - (D) Por mais que pareçam imediatamente produtivos, aos avanços da ciência e ao aperfeiçoamento do mercado devem corresponder rigor similar em sua avaliação ética.
  - (E) É possível que nem todos julguem igualmente importantes o significado das contribuições que a ciência e o mercado vem dando para o nosso avanço civilizatório.
- 
6. Atente para estas três orações:
- A ciência e o mercado são altas realizações humanas.  
A ciência e o mercado não constituem uma ética por si mesmos.  
O homem decide a ética da ciência e do mercado.
- Ao se integrarem as orações acima num período único, a redação estará coerente e correta no seguinte caso:
- (A) Ainda que sejam altas realizações humanas, o sentido ético que o homem decide para a ciência e o mercado não valem por si mesmos.
  - (B) Ao decidir qual é o sentido ético que deve manter a ciência e o mercado, o homem vê que essas altas realizações não prescindem do mesmo.
  - (C) Altas realizações humanas, a ciência e o mercado, não tendo em si mesmos um sentido ético, requerem que os homens decidam qual deva ser esse sentido.
  - (D) A ciência e o mercado, constituem realizações humanas das mais altas, tanto assim que pedem que lhes seja decidido o valor ético que devem possuir.
  - (E) Não tendo uma ética em si mesmas, a ciência e o mercado levam o homem a decidir-se qual valor devam ter, para serem ambas tão altas realizações humanas.



**Atenção:** Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

### Gatos, cães e gêneros literários

*Ao contrário dos cães, gatos não fazem festa nem estardalhaço, não são excessivamente carentes de afeto, podem dormir e sonhar por um século e esquecer o mundo ao redor. Não por acaso, um ditado chinês diz: “O cachorro é um romance, e o gato, um poema”.*

*Nesse sábio ditado oriental reside uma delicada definição de gêneros literários. Pense no cotidiano de um cão: as peripécias, o corre-corre, os momentos de exaltação e melancolia, ganidos de dor, saltos estabanados, ataques de raiva... Agora imagine o discreto cotidiano de um gato: a pose hierática, a atitude ensimesmada, o salto sem ruído, a expressão misteriosa do olhar, a repetição dos gestos, o olhar em transe, fitando as asas de um inofensivo beija-flor... O gato encarna uma subjetividade lírica que reitera o ditado chinês.*

(Adaptado de: HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 209)

7. Para bem compreender o ditado chinês referido no texto, deve-se associar ao
- (A) gato o esforço necessário para se compor uma narrativa atribulada, capaz de espelhar a inteira complexidade de uma vida.
  - (B) cachorro o movimento premeditado de palavras meditadas longamente que atingem seu objetivo num único lance ardiloso, na convicção de atingir o alvo.
  - (C) gato o aprofundamento característico de palavras que tanto nascem da interioridade do sujeito como se mostram aptas à ação súbita.
  - (D) cachorro a orientação das expressões verbais mais contraditórias, armadas para figurarem as oscilações próprias da subjetividade dramática.
  - (E) cachorro e ao gato as características complementares, que também ocorrem com um romance e com um poema, expressões da mesma personalidade.
- 
8. A frase *O gato encarna uma subjetividade lírica que reitera o ditado chinês* encontra outra redação, igualmente correta e coerente com o sentido original, no seguinte caso:
- (A) A poesia subjetiva, que o gato elabora vai de encontro ao que repete o ditado chinês.
  - (B) No ditado chinês, confirma-se o mistério que o gato costuma refutar.
  - (C) Alude-se no provérbio chinês, que cabe ao gato confirmar sua indisposição íntima.
  - (D) A subjetividade poética incorporada pelo gato confirma a máxima chinesa.
  - (E) O ditame chinês é reiterado pelo gato onde este fortalece a poesia lírica.
- 
9. Há adequada correlação entre os tempos verbais e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) Houvesse no gato e no cachorro outros atributos característicos desses animais, não seria aceitável a analogia que faz o ditado chinês entre eles e os gêneros literários.
  - (B) Caso não se compreenda bem as distinções entre prosa e poesia, não seria fácil distinguir entre as alusões que o ditado chinês faz ao comportamento do gato e do cachorro.
  - (C) As atribuições em que se empenham o ditado chinês para distinguir entre cachorro e gato dificilmente fossem compreensíveis sem a consciência do que seja as artes da poesia e da prosa.
  - (D) Se o cachorro encarnasse alguns dos atributos da poesia e o gato alguns da prosa, o ditado chinês poderá ser contestado quanto às analogias que promovem.
  - (E) À medida que fôssemos observando o comportamento do cachorro e do gato, seremos levados a concordar com o que se asseguram nas palavras do ditado chinês.



10. Está correto o emprego do segmento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Opõe-se as manifestações de segurança do gato a indecisão do cachorro.
  - (B) Os cachorros são acometidos àquelas carências que são também nossas.
  - (C) É graças aquela ensimesmamento em que lhes é característico que faz os gatos admirados.
  - (D) O autocontrole dos gatos é um traço forte do qual devemos nos render.
  - (E) Àquela insegurança típica dos cães contrapõe-se a soberania íntima dos gatos.
- 

### Matemática e Raciocínio Lógico

11. Suponha que sejam verdadeiras as premissas seguintes, mesmo que você não concorde com elas.

- A maior parte dos cientistas não é constituída por pessoas ricas.
- Muitas pessoas que não são ricas se alimentam mal.
- Todas as pessoas que se alimentam bem são saudáveis.

Com base nas premissas dadas, pode-se concluir corretamente que

- (A) Todos os cientistas, devido a seus conhecimentos científicos, se alimentam bem.
  - (B) Todas as pessoas ricas se alimentam bem.
  - (C) Todo cientista que se alimenta bem é saudável.
  - (D) A maior parte das pessoas ricas é saudável.
  - (E) Todos os cientistas que se alimentam mal não são saudáveis.
- 

12. Marta começou a trabalhar em um hospital, com a obrigação de fazer plantão noturno a cada três dias. Seu primeiro plantão foi em um domingo, o seguinte foi em uma quarta-feira e, depois, em um sábado. Na semana seguinte deu plantão na terça-feira e na sexta-feira. Mantendo essa regularidade, o centésimo plantão de Marta será

- (A) domingo.
  - (B) quarta-feira.
  - (C) sábado.
  - (D) segunda-feira.
  - (E) quinta-feira.
- 

13. Um programa de TV desafia um participante a descobrir em que caixa está certo prêmio. Apresenta-se ao participante uma fileira de 10 caixas fechadas, numeradas de 1 a 10. Em cada caixa está escrita a mensagem: *Seu prêmio está na caixa ao lado*. Exceto nas extremidades da fila, a "caixa ao lado" pode ser a anterior ou a posterior. O participante pode abrir apenas uma caixa, examinar seu interior e, depois, é obrigado a dizer onde está o prêmio. Ele é informado de que todas as mensagens escritas nas caixas são falsas, exceto uma delas. Nessas condições, ele certamente descobrirá onde está o prêmio se examinar a caixa

- (A) 3
  - (B) 5
  - (C) 6
  - (D) 7
  - (E) 10
-



14. O ano de 2010 começa em uma sexta-feira e o ano de 2016 também. Assim, as datas de janeiro 2010 e de 2016 correspondem aos mesmos dias da semana. Como 2016 tem 366 dias e 2010 tem 365 dias, a correspondência de datas deixa de ocorrer a partir de 29 de fevereiro de 2016. (A diferença de número de dias indica que 2016 é ano bissexto, o que ocorre de 4 em 4 anos neste século, com a exceção de 2100.)

Há casos em que os calendários de dois anos distintos correspondem aos mesmos dias da semana durante todo o ano. Por exemplo, são iguais os calendários de 2013 e de

- (A) 2015.
- (B) 2019.
- (C) 2017.
- (D) 2018.
- (E) 2016.

15. Três candidatas disputam a eleição para a presidência de um clube desportivo. Os dois candidatos mais votados disputarão um segundo turno.

Sabe-se que A tem 40% dos votos, B tem 35% e C tem 25%. Além disso, 50% dos eleitores de C jamais votariam em A, 20% dos eleitores de C jamais votariam em B e 30% dos eleitores de C não rejeitam nem A nem B.

Vamos fazer uma previsão do resultado do segundo turno entre A e B, considerando as seguintes hipóteses:

- os eleitores de A e de B manterão seus votos de 1º turno;
- os eleitores que rejeitam A votarão em B, os que rejeitam B votarão em A e os que não rejeitam nenhum dos dois se dividirão igualmente entre A e B.

Aceitando essas hipóteses, no segundo turno

- (A) B vence A com vantagem inferior a 3% dos votos.
- (B) B vence A com vantagem superior a 5% dos votos.
- (C) A vence B com vantagem inferior a 1% dos votos.
- (D) A vence B com vantagem de exatamente 1,5% dos votos.
- (E) A vence B com vantagem superior a 3% dos votos.

16. Um comerciante compra um produto por um preço de custo  $c$  e aplica-lhe um acréscimo correspondente ao lucro que deseja para obter o preço de venda  $v$ . De quanto por cento deve ser o acréscimo sobre  $c$  para que, mesmo aplicando um desconto de 25% sobre o preço  $v$ , o comerciante ainda tenha 20% de lucro?

- (A) 40%
- (B) 25%
- (C) 50%
- (D) 60%
- (E) 20%

### Noções de Informática

17. No trabalho diário em ambiente Microsoft Windows 10 é comum a organização de arquivos em pastas, que podem ser criadas em um *pen drive*, no HD, na área de trabalho ou dentro de outras pastas. Para criar uma pasta rapidamente, basta

- (A) selecionar o local onde se deseja criar a pasta e pressionar a combinação de teclas `Ctrl + P`.
- (B) clicar com o botão esquerdo do *mouse* no local onde se deseja criar a pasta e selecionar a opção `Criar Pasta`.
- (C) clicar com o botão direito do *mouse* no local onde se deseja criar a pasta e, depois, clicar no menu `Arquivo` e na opção `Nova Pasta`.
- (D) clicar com o botão direito do *mouse* no local onde se deseja criar a pasta e selecionar as opções `Novo > Pasta`.
- (E) clicar com o botão direito do *mouse* no local onde se deseja criar a pasta e selecionar a opção `Nova Pasta`.



18. Arquivos do tipo PDF podem ser abertos com facilidade na maioria dos computadores, independentemente do sistema operacional que utilizam. Já arquivos criados no Microsoft Word só podem ser abertos em computadores que possuem o Microsoft Word ou algum editor de textos compatível. Sabendo disso, um Advogado criou um documento no Microsoft Word 2013, em português, e deseja gerar um arquivo no formato PDF para levar em um *pen drive* para outro local, já que não sabe se terá o Microsoft Word no local para onde vai. No Microsoft Word 2013,
- (A) o Advogado conseguirá gerar o arquivo PDF clicando em Arquivo > Salvar Como. Depois, deverá selecionar a unidade de *pen drive*, selecionar PDF (\*.pdf) no campo onde se escolhe o tipo do arquivo e clicar no botão Salvar.
- (B) não será possível criar o arquivo PDF porque não há recursos nativos para isso nessa versão do Microsoft Word.
- (C) o Advogado poderá criar o arquivo PDF clicando em Arquivo > Exportar > Formato > PDF. Na tela que aparece, terá que selecionar a unidade de *pen drive*, nomear o arquivo e clicar no botão Salvar.
- (D) só será possível gerar o arquivo PDF se for instalado o *plug-in* PDF Generator que deve ser baixado pelo *site* da Microsoft e integrado ao Microsoft Word.
- (E) não há recursos para gerar arquivos PDF; porém, o Advogado poderá realizar esse trabalho no Wordpad do Windows.

19. Considere a planilha abaixo, digitada no LibreOffice Calc 5.1, em português.

	A	B
1		
2	Investimento	Lucro
3	1000	30
4	2000	-50
5	9000	290
6	7800	-120
7	10897	1200
8	20897	

Para somar na célula B8 os valores do intervalo de A3 a A7, somente quando os valores correspondentes do intervalo de B3 a B7 forem positivos, utiliza-se a fórmula

- (A) =SE ( ( B3 : B7 ) "<0" ; SOMA ( A3 : A7 ) )
- (B) =SOMASE ( B3 : B7 ; ">0" ; A3 : A7 )
- (C) =SE ( ( B3 : B7 ) <0 ; SOMA ( A3 : A7 ) )
- (D) =SOMASE ( A3 : A7 ; ">0" ; B3 : B7 )
- (E) =SOMASE ( ( A3 : A7 ) >0 ; B3 : B7 )
20. Um *pen drive* com capacidade de armazenamento de 4GB possui 2 424 832 bytes livres. Em um computador com o Microsoft Windows 7 instalado caberá nesse *pen drive* um arquivo de vídeo de
- (A) 1.1GB.
- (B) 2005527KB.
- (C) 0.9GB.
- (D) 55MB.
- (E) 2.1MB.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Considerado o sistema de controle de constitucionalidade no direito brasileiro, à luz das normas constitucionais e legais pertinentes, bem como da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF,
- (A) é incabível a concessão de medida cautelar em Ação Direita de Inconstitucionalidade por omissão, em razão da natureza da tutela pretendida.
  - (B) a decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo, nas ações de controle concentrado de competência originária do STF, somente será tomada se presentes na sessão pelo menos seis Ministros.
  - (C) proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória de constitucionalidade; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória de constitucionalidade.
  - (D) viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
  - (E) ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, o STF, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- 
22. É da competência exclusiva do Congresso Nacional
- (A) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
  - (B) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
  - (C) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
  - (D) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (E) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- 
23. À luz das regras de processo legislativo atinentes à forma de alteração do texto constitucional vigente, a
- (A) Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal e estadual, de estado de defesa ou de estado de sítio.
  - (B) Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de mais de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
  - (C) matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - (D) emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.
  - (E) proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- 
24. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos índios e do meio ambiente,
- (A) todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida.
  - (B) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.
  - (C) são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo às Forças Armadas demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
  - (D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo, contudo, à União, aos Estados e aos Municípios, o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
  - (E) os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.



25. À luz do que dispõe a Constituição Federal,
- (A) são penalmente inimputáveis os menores de vinte e um anos, sujeitos às normas da legislação especial.
  - (B) os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos, e estes, independentemente de sua idade, têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
  - (C) a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.
  - (D) a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, sendo vedada a sua efetivação por parte de estrangeiros.
  - (E) os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em abrigos e casas de recolhimento.

---

#### Direito Administrativo

26. Os órgãos públicos que integram a organização administrativa, na qualidade de "centros de competência para desempenho de funções estatais",
- (A) encontram-se presentes na estrutura descentralizada da Administração pública e configuram polos de decisões emitidas por agentes públicos que se responsabilizam exclusiva e pessoalmente pelas consequências daquelas advindas.
  - (B) são representados por agentes públicos, mas não se confundem com estes, pois as consequências e conquistas são atribuídas àquelas unidades de competência e, em consequência, às pessoas jurídicas que elas integram.
  - (C) possuem personalidade jurídica própria, mas não dispõem de autonomia, já que dependem de autorização do comando da pessoa jurídica que integram.
  - (D) exercem os poderes inerentes à Administração pública, à exceção do poder de polícia, restrito à Administração Central, porque indelegável em qualquer de suas vertentes ou facetas.
  - (E) são estruturas típicas de uma Administração pública que se organiza de forma desconcentrada, que constitui entes ou órgãos dotados de personalidade jurídica própria, para desempenho de competências específicas e constantes da lei autorizativa de sua criação.
- 
27. No desenvolvimento de um projeto de infraestrutura que envolve a construção de ponte de grande extensão, para viabilizar a integração de duas rodovias de municípios distintos e, com isso, permitir o escoamento da produção de grãos para o mercado interno e externo, a Administração pública poderá
- (A) se valer da licitação de uma concessão de obra pública ou de uma concessão administrativa, não se vislumbrando serviço público passível de ser explorado mediante concessão de serviço público.
  - (B) escolher dentre as modalidades de concessão disciplinadas pelo ordenamento jurídico vigente, cabendo, em pretendendo instituir cobrança de tarifa dos usuários, a licitação de concessão patrocinada ou de concessão de serviço público, precedida ou não de obra pública.
  - (C) licitar uma concessão comum de serviço rodoviário, precedida de obra pública, permitida a inclusão de aporte por parte da Administração pública para construção da ponte, que constitui bem reversível.
  - (D) licitar a exploração da nova rodovia projetada, devendo, no entanto, em razão do vulto e complexidade, executar previamente a obra pública estrutural daquele contrato.
  - (E) licitar uma concessão administrativa ou uma concessão patrocinada, que permitem o estabelecimento de matriz de risco, na qual ficarão estipulados direitos e atribuições das partes, como a cobrança de tarifa e instituição de aporte para custeio das obras e da operação, mediante garantia do concessionário.
- 
28. O controle externo exercido pelo Poder Judiciário e pelos Tribunais de Contas envolve a possibilidade de desfazimento ou de determinação para desfazimento de atos ou contratos firmados pela Administração pública, conforme o caso. Essa atuação
- (A) inclui os negócios jurídicos firmados por entes da Administração indireta, desde que sujeitos ao regime jurídico de direito público, o que exclui as empresas estatais.
  - (B) abrange os atos firmados por consórcio público, constituído por meio de autarquia, sujeita a regime jurídico de direito público, desde que seja resultado da deliberação de pessoas jurídicas de mesma natureza.
  - (C) não autoriza a sustação ou desfazimento de atos e contratos pelos Tribunais de Contas, que podem, nesses casos, apenas suspender a vigência dos mesmos até que os vícios identificados sejam sanados.
  - (D) autoriza o desfazimento de contratos nos casos de comprovada ilegalidade, tais como vício de motivo ou desvio de finalidade.
  - (E) também incide sobre os contratos celebrados por consórcios públicos, como, por exemplo, a contratação da referida associação pública pelos Municípios titulares para prestação de serviço público à comunidade.

29. Uma praça pública localizada na periferia de determinado município está sendo utilizada como área de lazer exclusiva de um grupo de moradores de um condomínio horizontal vizinho. Providenciaram a construção de muro em volta da praça e a instalação de um acesso próprio para os moradores. A associação de moradores conserva o local, que está preservado. Durante fiscalização regular, a Prefeitura identificou essa ocupação, tendo noticiado no local, a um representante da associação, a necessidade de reversão do uso irregular. Os moradores vizinhos que estão utilizando o terreno
- (A) deverão reverter as obras que impediram o uso público do bem, considerando que se trata de bem de uso comum do povo, não cabendo exclusividade de uso a eles na forma como ocorrido.
- (B) podem regularizar sua situação, pleiteando ao Município a outorga de contrato de permissão de uso remunerado, considerando que a destinação do local foi mantida.
- (C) precisam pleitear um instrumento que legitime sua ocupação, desde que demonstrado que o uso é compatível com a finalidade do imóvel e que se enquadram em hipótese de inexigibilidade de licitação.
- (D) podem continuar a utilizar, dado que se trata de bem de uso comum do povo, disponível a eles, devendo, portanto, ser formalizado procedimento de dispensa de licitação.
- (E) devem solicitar a outorga de concessão de uso ou de permissão de uso remuneradas, na medida em que dispõem recursos para a conservação da área, o que lhes conferirá caráter oneroso.
- 
30. A celebração, pela Administração pública, de convênios que prevejam repasse de recursos
- (A) é instrumento exclusivo para entes da Administração pública direta e indireta, cabendo às pessoas jurídicas de direito privado a celebração de contratos.
- (B) depende da finalidade pública do emprego dos recursos, que podem se destinar à remuneração dos servidores e das atividades constantes do plano de trabalho.
- (C) depende da inclusão, como anexo do instrumento, de plano de trabalho detalhado sobre a finalidade do emprego dos recursos, documento prescindível nos convênios sem impacto financeiro.
- (D) é instrumento hábil a disciplinar atividades de interesse público convergentes, sem qualquer pretensão remuneratória, ressalvados repasses destinados a fazer frente aos custos inerentes ao desempenho das obrigações assumidas pelos convenientes.
- (E) exige a participação do ente federado cuja estrutura administrativa integram os convenientes, para que possa ser exercida a devida fiscalização.

#### Direito Civil

31. Ricardo, filantropo, pretende criar uma fundação dedicada ao fomento da cultura. Para instituí-la, deverá promover dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina. De acordo com o Código Civil, o ato de criação dessa fundação poderá ser realizado
- (A) por escritura pública ou testamento, desde que público.
- (B) por instrumento particular.
- (C) somente por escritura pública.
- (D) somente por escritura pública ou testamento, inclusive o particular.
- (E) somente por testamento.
- 
32. Aline locou imóvel de propriedade de Paulo, vindo a estabelecer nele sua clínica de psicologia, onde efetivamente exerce sua atividade há mais de cinco anos, sem oposição. Nesse caso, em decorrência do contrato de locação, Aline
- (A) detém a posse direta do imóvel, que não anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- (B) detém a posse indireta do imóvel, que não anula a direta, de quem aquela foi havida.
- (C) não detém a posse do imóvel, direta ou indireta, mas mero gozo do bem.
- (D) detém a posse direta do imóvel, que anula a indireta, enquanto vigente a locação.
- (E) detém a posse indireta do imóvel, que anula a direta, enquanto vigente a locação.
- 
33. Acerca do contrato de depósito, considere:
- I. O depósito de coisas infungíveis regula-se pelo disposto acerca do mútuo.
- II. É depósito voluntário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque.
- III. O depósito necessário não se presume gratuito.
- IV. O depositário não se escusa da responsabilidade nos casos de força maior, comprove-os ou não.
- V. Os hospedeiros responderão como depositários, assim como pelos furtos e roubos que perpetrarem as pessoas empregadas ou admitidas nos seus estabelecimentos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e V.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) IV e V.



34. De acordo com a atual redação do Código Civil, estão sujeitos à curatela:
- (A) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; os deficientes mentais; e os deficientes visuais.
  - (B) aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil; aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem exprimir a sua vontade; os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos; os excepcionais sem completo desenvolvimento mental; os filhos menores de dezoito anos.
  - (C) aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil, desde que não se trate de fato transitório; e os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
  - (D) os excepcionais sem completo desenvolvimento mental; aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem exprimir a sua vontade; os surdos, ainda que possam exprimir sua vontade; e os pródigos.
  - (E) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; e os pródigos.

#### Direito Processual Civil

35. Paulo ajuizou ação de cobrança contra Fernanda, que foi citada por edital e não contestou o pedido, tornando-se revel e vindo a ser condenada ao pagamento da quantia de 100 mil reais. Iniciada a fase de cumprimento de sentença,
- (A) Fernanda deverá ser intimada para pagar o valor da condenação pelo Diário da Justiça.
  - (B) Fernanda deverá ser intimada para pagar o valor da condenação por carta com aviso de recebimento, salvo se residir em edifício de apartamentos.
  - (C) Fernanda deverá ser intimada para pagar o valor da condenação por Oficial de Justiça, acrescido de multa de 15% sobre o valor da condenação.
  - (D) Fernanda deverá ser intimada, por edital, para pagar o valor da condenação.
  - (E) dispensa-se a intimação de Fernanda para o pagamento do valor da condenação, porquanto revel na fase de conhecimento, salvo se relativa ou absolutamente incapaz.

36. Na audiência de instrução e julgamento serão produzidas as provas orais, ouvindo-se
- (A) preferencialmente nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
  - (B) obrigatoriamente nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
  - (C) preferencialmente nesta ordem: o autor e o réu; as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; e o perito e os assistentes técnicos.
  - (D) obrigatoriamente nesta ordem: o autor e o réu; as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; e o perito e os assistentes técnicos.
  - (E) obrigatoriamente nesta ordem: o autor e o réu; o perito e os assistentes técnicos; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.

37. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar
- (A) enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, desde que já tenha havido a citação do réu.
  - (B) enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local, independentemente da citação do réu.
  - (C) decisões anteriores suas proferidas em casos análogos, independentemente da citação do réu.
  - (D) qualquer acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos últimos 5 anos cujo entendimento não tenha sido modificado pelo próprio Relator, independentemente da citação do réu.
  - (E) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência, desde que já tenha havido a citação do réu.

38. Acerca do processo de inventário e partilha, considere:
- I. O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 6 meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, para até 60 meses, de ofício ou a requerimento de parte.
  - II. O legatário não é parte legítima para manifestar-se sobre as dívidas do espólio, mesmo se toda a herança for dividida em legados, salvo se estipulados em testamento público.
  - III. O inventariante só será removido do cargo mediante requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, sendo vedada sua remoção de ofício.
  - IV. Só se pode arguir sonegação ao inventariante depois de encerrada a descrição dos bens, com a declaração, por ele feita, de não existirem outros por inventariar.
  - V. O direito à anulação de partilha amigável extingue-se em 1 ano, contado esse prazo, no caso de coação, do dia em que ela cessou.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II.
- (B) III e V.
- (C) II e IV.
- (D) IV e V.
- (E) I e III.

**Direito Penal**

39. De acordo com o que dispõe o Código Penal acerca das penas privativas de liberdade, no regime
- (A) aberto, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
  - (B) semiaberto, o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.
  - (C) semiaberto, o trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena.
  - (D) fechado, o trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.
  - (E) fechado, o trabalho externo é admissível em serviços ou obras públicas.

40. A pena no homicídio culposo é aumentada de 1/3 (um terço),
- I. Se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.
  - II. Se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.
  - III. Se o agente foge para evitar prisão em flagrante.
  - IV. Se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.
  - V. Se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II, III e V.
  - (E) I, III e V.
41. Acerca do que dispõe o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03),
- (A) os crimes contra os idosos são de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
  - (B) a lei não criminaliza a conduta de desdenhar ou menosprezar pessoa idosa, apenas a de discriminá-la por qualquer motivo.
  - (C) negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento é mera infração administrativa.
  - (D) constitui crime punível com reclusão de 6 meses a 1 ano e multa negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho.
  - (E) não é crime lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, tratando-se de irregularidade cartorária.

42. É causa de aumento da pena no crime de roubo
- (A) a subtração de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.
  - (B) praticado durante repouso noturno.
  - (C) se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Município.
  - (D) ter sido praticado com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.
  - (E) ter sido cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.

**Direito Processual Penal**

43. Diante do que dispõe o Código de Processo Penal sobre os juízes,
- (A) seu impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, mesmo havendo descendentes.
  - (B) a suspeição do juiz poderá ser declarada e reconhecida, ainda que a parte der motivo para criá-la.
  - (C) nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive.
  - (D) nos processos em que seu cônjuge tiver funcionado como defensor ou advogado, o juiz se dará por suspeito.
  - (E) eles se darão por suspeitos, e, se não o fizerem, poderão ser recusados por qualquer das partes, se tiverem aconselhado qualquer delas.
- 
44. À luz do que dispõe o Código de Processo Penal sobre a sentença,
- (A) qualquer das partes poderá, no prazo de 5 dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
  - (B) o juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.
  - (C) é vedado ao juiz, ainda que não modifique a descrição do fato contida na denúncia, atribuir-lhe definição jurídica diversa.
  - (D) a intimação da sentença será feita mediante edital se o réu estiver preso.
  - (E) nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, exceto se o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.
- 
45. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal sobre o Tribunal do Júri,
- (A) não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, despronunciará o acusado.
  - (B) contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.
  - (C) o serviço do júri é obrigatório e o alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 21 anos de notória idoneidade.
  - (D) diante de sua obrigatoriedade, o cidadão não poderá alegar escusa de consciência para se recusar a participar do júri, ainda que se disponha a prestar serviço alternativo.
  - (E) a pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- 
46. No que tange à disciplina dos recursos em processo penal,
- (A) é permitido ao Ministério Público, em razão de sua independência funcional, ou por se convencer do acerto da decisão proferida, desistir de recurso que haja interposto.
  - (B) tendo em vista o princípio da ampla defesa, é plenamente admissível recurso da parte, ainda que não tenha interesse na reforma ou na modificação da decisão.
  - (C) as apelações poderão ser interpostas quer em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele.
  - (D) caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que receber a denúncia ou a queixa.
  - (E) no caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus aproveitará aos outros, ainda que fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal.

**Legislação Aplicada ao MPPE**

47. Marilda faz questão de exercer o seu direito ao voto nas próximas eleições. Porém, ela possui determinada deficiência que a impede de votar sem o auxílio de outra pessoa. Nesse caso, de acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Marilda
- (A) poderá pedir permissão para que seja auxiliada na votação por pessoa de sua escolha, devendo ser instaladas seções exclusivas para pessoas com deficiência.
  - (B) não poderá ser auxiliada na votação por nenhuma pessoa, tendo em vista que o voto é secreto, mas poderá justificar sua ausência, ficando isenta do pagamento de multa.
  - (C) poderá pedir permissão para que seja auxiliada na votação por pessoa de sua escolha, sendo vedada a instalação de seções eleitorais exclusivas para a pessoa com deficiência.
  - (D) poderá ser auxiliada na votação por pessoa a ser escolhida pelo Presidente da Mesa da Seção Eleitoral respectiva, se este assim considerar necessário, tratando-se de ato exclusivo e unilateral do Presidente.
  - (E) tem em seu favor a facultatividade do voto, não podendo ser auxiliada na votação por nenhuma outra pessoa, devendo ser instaladas seções eleitorais exclusivas para pessoa com deficiência, com equipamentos e materiais adequados.

48. José integra, como membro nato, e preside o Colégio de Procuradores de Justiça, composto por 36 membros, e o Conselho Superior do Ministério Público. De acordo com a Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), José é
- (A) Procurador-Geral de Justiça a quem compete, dentre outras atribuições, propor ação civil para decretação da perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público nos casos e na forma legais, perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Colégio de Procuradores, na forma da Lei Orgânica.
  - (B) Corregedor-Geral do Ministério Público a quem compete, dentre outras atribuições, propor ação civil para decretação da perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público nos casos e na forma legais, perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Colégio de Procuradores, na forma da Lei Orgânica.
  - (C) Procurador-Geral de Justiça a quem compete, dentre outras atribuições, propor ação civil para decretação da perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público nos casos e na forma legais, perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Corregedor-Geral do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica.
  - (D) Corregedor-Geral do Ministério Público a quem compete, dentre outras atribuições, propor ação civil para decretação da perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público nos casos e na forma legais, perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Procurador-Geral de Justiça, na forma da Lei Orgânica.
  - (E) Procurador-Geral de Justiça a quem compete, dentre outras atribuições, propor ação civil para decretação da perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público nos casos e na forma legais, perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica.

49. Considere a adoção

- I. de Murilo, 8 anos, brasileiro, por Jailma, solteira, brasileira, 21 anos.
- II. conjunta de Atílio, 5 anos, brasileiro, por Tibério e sua ex-esposa Laís, da qual se divorciou, ambos brasileiros com 35 anos, existindo acordo sobre a guarda e o regime de visita, bem como fortes vínculos de afinidade e afetividade da criança com eles.
- III. de Jane, 2 anos, brasileira, por seu tutor Fabrício, brasileiro, 30 anos.

De acordo com a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a adoção poderá ser deferida no caso de

- (A) Jane, somente se Fabrício tiver dado conta de sua administração e saldado o seu alcance, não sendo possível no caso de Atílio, independentemente da data de início do estágio de convivência, nem no de Murilo.
- (B) Murilo, sendo possível a adoção por uma única pessoa, desde que maior de 18 anos; no de Atílio, se o estágio de convivência tiver sido iniciado na constância do período de convivência e, ainda, no de Jane, somente se Fabrício tiver dado conta de sua administração e saldado o seu alcance.
- (C) Atílio, ainda que o estágio de convivência não tiver sido iniciado na constância do período de convivência conjugal, sendo vedada no caso de Jane e no de Murilo.
- (D) Atílio, se o estágio de convivência tiver sido iniciado na constância do período de convivência dos adotantes e, no de Jane, somente se Fabrício tiver dado conta de sua administração e saldado o seu alcance, não sendo possível no caso de Murilo.
- (E) Murilo, sendo possível a adoção por uma única pessoa, desde que maior de 18 anos; no de Atílio, se o estágio de convivência tiver sido iniciado até um ano antes do desfazimento do vínculo conjugal e no de Jane, somente se Fabrício tiver dado conta de sua administração, independentemente de ter saldado o seu alcance.

50. Cassiano tem 70 anos, reside em Recife apenas com sua irmã Valéria, e sua renda se resume ao recebimento do benefício da assistência social de um salário-mínimo mensal conforme previsão no Estatuto do Idoso. Valéria tem 65 anos de idade e não possui meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família, mormente porque precisa de muitos medicamentos e vitaminas para preservar sua saúde. De acordo com a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), nesse caso, à Valéria
- (A) não será assegurado nenhum benefício mensal de assistência social tendo em vista que ainda não alcançou a idade de 70 anos.
  - (B) não será assegurado outro benefício mensal de assistência social, tendo em vista que o benefício já concedido a qualquer membro da família será computado para os fins do cálculo de renda familiar *per capita* a que se refere a Loas e, sendo assim, ocorre a referida vedação.
  - (C) será assegurado o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, pois o benefício já concedido a qualquer membro da família não será computado para os fins do cálculo de renda familiar *per capita* a que se refere a Loas.
  - (D) será assegurado o benefício mensal de meio salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, tendo em vista o já recebimento do benefício por outro membro da família.
  - (E) será assegurado o benefício mensal de um salário-mínimo apenas se Cassiano optar por não receber o benefício, cancelando-o por escrito, ou se solicitar sua redução, percebendo Valéria, neste caso, o quanto restar para completar um salário-mínimo.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado. Capítulo 10: 10.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a. fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b. não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c. apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d. for assinada fora do local apropriado; e. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f. for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g. estiver em branco; h. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i. não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

**I**

*A persuasão, como uma das finalidades do discurso, seja ele publicitário, jurídico ou mesmo artístico, pressupõe que é preciso convencer o outro, trazendo-o para o diálogo, consumo ou mesmo para o autoquestionamento, a partir de seus próprios interesses. Diferentemente da coerção, que envolve uma relação vertical entre o mais forte e o mais fraco, a persuasão requer o exercício mental, e depois discursivo, de colocar-se no lugar do outro, de modo a entender suas necessidades e anseios.*

**II**

*Pressupor que sabemos com clareza quais sejam nossas necessidades talvez seja temerário, mas o contrário disso não é menos problemático, uma vez que põe em risco nossa autonomia e nossa representatividade em um contexto social.*

Com base nas ideias expostas acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.



**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO